



01
02

Reunião Ordinária – Acta nº 20/2011

Data – 2011-08-22

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.25 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Não esteve presente na reunião a Vereadora, Celeste Maria Ferreira Riachos Simão, por se encontrar de férias.



Resumo Diário da Tesouraria de 19-08-2011:

a) Dotações Orçamentais..... €1.200.488,83
b) Dotações não Orçamentais..... €133.892,08

Total das Disponibilidades €1.392.820,33



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria com a abstenção dos Vereadores, Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis e António Manuel Belém e Ferreira Coelho, por não terem estado presentes, a parte da acta relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Q1

Q2

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

□□□

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por dar conhecimento do falecimento da pintora Maria Lucília Moita, que representa uma perda de um grande valor para a cultura abrantina e para o concelho de Abrantes, e do horário das cerimónias fúnebres.

Tomado conhecimento.

□□

Em seguida, deu conhecimento da reunião realizada com ARS de LVT, relativamente ao encerramento das extensões de saúde no concelho de Abrantes, mais concretamente, de Vale das Mós e São Facundo.

Disse que levou um dossier com vários documentos alusivos à realidade do concelho de Abrantes, nomeadamente sobre as distâncias entre localidades e o mapa dos transportes públicos – que não existem – a população residente e os encargos assumidos pelas Juntas de Freguesia com os espaços.

Referiu ainda que, apesar de ter sido demonstrada sensibilidade quanto á questão por parte do interlocutor da ARS, foi-lhe dito não haver ainda uma decisão sobre esta questão, por se aguardarem as alterações que irão ocorrer ao nível da Administração da própria ARS.

Desta forma, tenciona em breve, questionar novamente a ARS sobre a posição que pretendem tomar.

Mais informou, que é sua intenção questionar também a CCRCentro no sentido de obter mais informações sobre a aprovação da candidatura às unidades móveis de saúde.

Acrescentou que a sua função e as suas expectativas são de continuar nesta senda, procurando criar as melhores condições para uma população, já de si envelhecida e sem transportes, que não pode ficar sem este apoio. Preocupa-a, caso se verifique efectivamente o encerramento, quem assumirá o transporte dos doentes para as outras extensões de saúde. Para isso terão que ser apontadas soluções – caso contrário ficará para resolver pela Câmara Municipal.

Já afirmou, em tempos, que a autarquia tem receptividade para negociar a disponibilização de viaturas para servir a comunidade nas áreas da saúde e da educação, mas isso deverá ser objecto de contrapartidas, porque as reduções nas transferências do Orçamento de Estado tornam estas opções cada vez mais difíceis para a autarquia.

Disse também ter questionado a ARS, sem ter obtido resposta, sobre quanto tempo será necessário de acompanhamento dos médicos estrangeiros nas suas funções por outros médicos, porque tem algumas reservas quanto ao facto de os médicos estrangeiros poderem exercer sozinhos, no imediato.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O Vereador Carlos Arês disse que isso seria a única justificação efectiva para a deslocação e uma concentração temporária na Bemposta.

A Presidente referiu que, se tivesse sido isso a ser referido, seria diferente, até porque considera que seria mais providente, do ponto de vista do utente, que, durante algum tempo, estes profissionais estivessem próximos dos outros médicos. Pese embora médicos estejam já perfeitamente ambientados e integrados na comunidade, considera que ao nível da prestação de serviços necessitam de mais apoio.

O Vereador Carlos Arês disse que, cada vez que se fala de negociações com o Estado, ao nível de cortes, poupanças, fusões, etc, fica muito preocupado, porque, ao longo da vida, tem vindo a assistir ao efeito perverso dessas negociações, mesmo que as intenções sejam boas. O argumento do gasto com os transportes dos médicos não tem qualquer efeito nesta questão - só se resolveria com a concentração da prestação de serviços na sede, uma vez que há sempre deslocação dos médicos. Há uma ilusão de que vão cortar na factura, mas a factura será a mesma.

Questionou ainda sobre o encerramento de outras extensões de saúde do concelho.

A Presidente da Câmara disse que também se fala no encerramento das extensões de Souto e Fontes, para concentração no Carvalhal, de Aldeia do Mato, para Rio Moinhos (o que já acontece) e de Martinchel para Constância.

O Vereador Belém Coelho disse estar a par destas questões da saúde e que a sua interpretação é de que todos os parceiros, inclusivamente os privados, deverão ser chamados a pagar também a factura. O Serviço Nacional de Saúde, não prestando os serviços que deveria prestar, gasta muito mais que outros, e não é por ser este governo ou outro. Este Ministro apontou um caminho: não deve ser só o estado a pagar, mas também os privados. Referiu ainda que nem ele nem a sua família têm médico de família há cerca de ano e meio. Ainda que felizmente não tenham necessitado, receia como será quando for necessário.

A Presidente da Câmara disse que isso a preocupa, mas o que mais a preocupa ainda são as pessoas que estão longe e sem transporte para se deslocarem. É da opinião que deveria haver uma integração entre os sistemas de saúde - muitas das vezes verifica-se uma disfunção e duplicação de custos, porque o sistema de cuidados básicos não está integrado com os cuidados hospitalares.

O Vereador Santana Maia disse não estar apreensivo como a Presidente de Câmara, porque já há dez anos que tem a certeza de que isto vai ser uma desgraça. O próximo ano vai ser mau, mas o ano seguinte ainda vai ser pior. Não tem dúvidas de que vai haver cortes cegos nas populações do interior, onde há menos pessoas. Estes cortes resolvem o problema de curto prazo, mas só aparentemente, porque, ao contribuírem para o agravamento da desertificação do interior, vão gerar mais despesa no futuro, quando obrigatoriamente se tiver de fazer o seu repovoamento.

Q

Q

Em seguida, a Presidente da Câmara deu conhecimento do início do ano escolar, que se processará dentro da normalidade. Referiu-se também às obras nos novos Centros Escolares, que decorrem dentro dos prazos, prevendo-se, inclusivamente uma antecipação na data prevista para a entrega da obra do Centro Escolar de Alferrarede.

O Vereador Belém Coelho congratulou-se com o andamento da empreitada da Escola D. Miguel de Almeida e com a disponibilização das salas já para o início do ano lectivo.



Deu conhecimento que procedeu ao lançamento do concurso por ajuste directo da empreitada de "Construção de arruamento envolvente à Escola Básica 2, 3 D. Miguel de Almeida e beneficiação do troço da Rua Dr. António Bandos".

O Vereador Belém Coelho questionou o número de lugares de estacionamento previstos no projecto.

A Presidente da Câmara disse não estar certa do número de lugares previstos, mas que em breve traria o projecto para conhecimento.



Informou ainda que despachou o lançamento do concurso por ajuste directo da empreitada de "Beneficiação de Troço Desclassificado da E.N.2 entre o Km 405,30 (Rossio ao Sul do Tejo) e o Km 407,44 (Arrifana)".



Nº 31 – Apresentou a Informação Nº 215 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 05 de Agosto de 2011, a dar conta que a sociedade comercial, J. Gomes – Sociedade de Construções do Cavado, S.A., adjudicatária da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Rio de Moinhos", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 215 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Q1
Ceto

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 32 – A Presidente da Câmara apresentou igualmente a Informação Nº 216 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 08 de Agosto de 2011, a dar conta que a sociedade Ladário – Sociedade de Construções, Lda., adjudicatária da empreitada de “Construção do Centro Escolar de Alferrarede”, entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 216 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 33 - Apresentou ainda, uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 18 de Agosto de 2011, acerca do pedido do Rancho Folclórico e Etnográfico da Casais de Revelhos, a solicitar a dispensa do

Q1

Q2

pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos, recinto improvisado, ruído e afixação de cartazes, para realização do 24º Encontro de Cultura Tradicional em Casais de Revelhos, nos dias 09 3 e 4 de Setembro de 2011. - 35710

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovado em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 35,47€ (trinta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar o requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O Vereador Manuel Jorge Valamatos deu conta que no próximo fim-de-semana se realiza, no Estádio Municipal de Abrantes, a 10ª Edição do Torneio Internacional de Iniciados que contará com a presença das seguintes equipas:

- Sporting Clube de Portugal;
- Sport Lisboa e Benfica;
- Futebol Clube do Porto;
- Sporting Clube de Braga;
- Selecção concelhia (que integra jovens atletas de clubes locais);
- Clube Atlético de Madrid;
- Real Valladolid C. F
- F. C. Sachsen (Suíça)

Relativamente à equipa Suíça, disse que estariam em Abrantes cerca de 20 atletas, acompanhados de 20 adultos e, porque muitos deles ainda não conhecem o concelho nem Portugal, é também uma oportunidade de visita.



Em seguida referiu-se à realização de mais uma edição do LanFestival na Quinta de Santa Catarina em Abrantes, nos dias 1 a 4 de Setembro, realizado pela Associação KnockOut, com o apoio do Município de Abrantes.

21
C. L.

VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O vereador Santana-Maia Leonardo apresentou uma Proposta de Deliberação dos vereadores do PSD intitulada "Por Uma Escola Livre de Delinquentes".

A Presidente da Câmara remeteu a referida proposta para agendamento numa próxima reunião.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta a acta Nº 02/2011 do Conselho Cinegético Municipal de Abrantes, respeitante à reunião realizada em 22 de Junho de 2011, cujos pontos da ordem de trabalhos foram os seguintes:

- Ponto 1 - Emissão de parecer sobre o processo de anexação de zona de Caça Associativa da Associação de Caçadores e Pescadores da Freguesia da Bemposta com registo na AFN nº 14.739 requerido pela Associação de Caçadores e Pescadores da Freguesia da Bemposta, com sede em Bemposta.

- Ponto 2 - Emissão de parecer sobre o processo de anexação de zona de Caça Associativa da Associação de Caçadores Quinta das Cavadas e Vale Veto com registo na AFN nº 14.759 requerido pela Associação de Caçadores da Quinta das Cavadas e Vale Feto, com sede em Pego.

- Ponto 3 - Outros assuntos.

Tomado conhecimento.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de actividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
32673	Associação Knockout	Lanfestival 2011	1, 2,3 e 4 09.2011	• Recinto improvisado; • Ruído;	326,67€

Acta da reunião de -22- de Agosto de 2011

01
Cot...

				<ul style="list-style-type: none"> • Autorização para serviços de restauração e bebidas; • Publicidade de cartazes e outdoors 	
34400	Sociedade Recreativa do Souto	Festejos anuais em Souto	19, 20 e 21.08.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas; • Afixação de cartazes 	100,05€
34526	Freguesia de Vale das Mós	Festejos anuais em Vale das Mós	26,27 e 28.08.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes 	37,45€
34703	Associação Cultural e Recreativa de Esteveira	Festejos anuais em Esteveira	2 e 3.09.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído • Autorização para serviços de restauração e bebidas; • Afixação de cartazes e actividade 	114,24€
31005	Freguesia de São Vicente	Festas anuais de São Lourenço	26,27 e 28.08 2011 e 2,3 e 4.09 2011	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído • Autorização para serviços de restauração e bebidas; • Afixação de cartazes e actividade 	122,16€
35908	Abrangente Associação Juvenil	Corrida Nocturna de Carros de Rolamentos em Sentieiras	3.09.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento prova desportiva 	21,60€
35650	Centro Social, Desportivo e Recreativo de Colmeal, Portela e Cabeça Ruiva	Festas anuais de Portela	2, 3 e 4 09.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído • Autorização para serviços de restauração e bebidas; • Afixação de cartazes 	100,05€
36043	Associação Cultural e Recreativa e Recreativa de Bicas	Baile	3 e 4 09.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído 	19,30€
36155	Freguesia de Concavada	Serões Culturais	2, 3, 16 e 17.9.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído • Actividade 	39,43€
34767	Associação de Melhoramentos da Freguesia de Alvega	Festas anuais em Honra de Nossa Senhora dos Remédios	26, 27 e 28 de Agosto de 2011	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído • Actividade 	37,45€

Q1
Cete

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 3 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta a comunicação de alteração do horário de funcionamento da Farmácia Silva, Lda., em conformidade com o disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 53/2007, de 8 de Março, que passou a ser o seguinte: - 35684

- Hora de Abertura - 08,30H
- Hora de Encerramento - 24,00H
(sem período de almoço).

Tomado conhecimento.



Divisão Jurídica

Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a minuta de compra e venda referente ao lote 39 do Parque Industrial de Abrantes, freguesia de Alferrarede, Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e Jorge Miguel Soares Batista e Carlos Alberto Sequeira Batista Pombo, na qualidade de sócios gerentes da sociedade "Abrancongelados - Produtos Alimentares, Lda.", pelo valor de 1.875,00€ (mil oitocentos e setenta e cinco euros). - 25904

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão Financeira

Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à fixação de Derrama para 2012, do seguinte teor:- 35820

"Considerando:

et

a) A persistência de um quadro financeiro nacional que apela ao reforço das políticas de contenção e estabilidade orçamental, as quais afectam o crescimento das receitas municipais, designadamente, por via da cobrança de impostos;

et

b) A vigência do QREN – 2007/2013 e a consequente necessidade de disponibilidade financeira para os investimentos planeados e a candidatar aos apoios financeiros disponibilizados pelos diversos programas nesse âmbito;

c) A necessidade de concluir diversos investimentos em curso e cumprir os respectivos compromissos financeiros já assumidos;

d) A necessidade de dar continuidade ao planeamento e à concretização de projectos considerados estruturantes para o concelho;

e) A importância de manter o nível de prestação e a qualidade dos equipamentos e dos serviços prestados;

Torna-se imprescindível consolidar a capacidade financeira do Município por via da arrecadação de receitas, nos termos da Lei das Finanças Locais.

Assim, ao abrigo da alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artº 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, o lançamento de derrama sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), fixando-se o seu montante em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)."

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos "Independentes pelo Concelho de Abrantes", Carlos Arês, e os votos contra dos Vereadores eleitos pelo PSD, António Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovada a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Tal como já enunciámos por várias vezes, consideramos que os impostos de carácter municipal e a possibilidade de actuação por parte do município no destino de uma parte de impostos de abrangência nacional constituem hoje, entre outras, uma ferramenta importante que os municípios podem usar para conseguirem uma discriminação positiva e vantagens competitivas para o seu território.

Hoje e no futuro, todos os dados parecem indicar que isso será um factor cada vez mais importante num mundo em que os municípios concorrem entre si para atracção de actividades económicas dos diversos sectores e também para atracção e fixação de populações.

Daí que as taxas de derrama, da participação variável do IRS e do IMI (entre outras), a fixar num leque de valores indicados por Lei, configurem uma ferramenta estratégica cuja utilização dá sinais inequívocos do que se pretende para o futuro de um concelho. E o papel destas ferramentas e a sua utilização por quem de direito são ainda mais fundamentais numa conjuntura de crise e recessão, como a actual.

Neste quadro, entendemos extremamente importante que a autarquia, sem pôr em causa a sua arrecadação de receitas globais, devia dar um sinal de confiança, de solidariedade (os efeitos da crise devem ser suportados por todos, sem excepção), de crença nas nossas potencialidades, contribuindo para uma recuperação económica no mais breve prazo.

Esse sinal traduzir-se-ia, em nosso entender e no que se refere à derrama, numa redução ligeira da taxa e numa diferenciação da mesma.

Ao manter a derrama na taxa máxima permitida por Lei, trocamos algumas receitas imediatas por perda de competitividade face a municípios directamente concorrentes com o nosso, que se traduzirá em custos muito superiores a médio prazo.

Concretizando melhor, propomos o seguinte:

- Taxa geral de 1,25%;

- Estabelecimento de taxas reduzidas e/ou isenção em função do volume de negócios das entidades abrangidas e da residência fiscal, designadamente (apresentamos quadro exemplificativo):

Volume de negócios (€)	Taxa de derrama
Até 150 000 €	Isenção
Entre 150 000 € e 500 000 €	1%
Mais de 500 000 €	1,25%

Pelo exposto, os vereadores do PSD votam contra a taxa de 1,5% proposta para a derrama em 2012."

O Vereador Carlos Arês justificou sua posição de abstenção em conjunto com os pontos 6 e 7, conforme a seguir se refere.



Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente aos valores de IMI para 2012, que a seguir se transcreve: - 35820

"Considerando o disposto no artº 53º, nº 2 alínea f) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, no cumprimento do disposto no nº 4 do artº 112º, do Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, que aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e nos termos do estipulado no artº 112º, nº 1, alíneas b) e c) do CIMI,

Acta da reunião de -22- de Agosto de 2011

21

proponho que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal fixar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorarem no ano de 2012, sem prejuízo do disposto no artº 112º do CIMI, na redacção conferida pela Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro, quanto aos Prédios Devolutos:

- a) a incidir sobre Prédios Urbanos – 0,7%
- b) a incidir sobre Prédios Urbanos Avaliados – 0,4%

Os montantes serão liquidados em 2012, com base nos valores patrimoniais tributários dos prédios que constem das matrizes em 31 de Dezembro de 2011, ano a que respeita o referido imposto”.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos “Independentes pelo Concelho de Abrantes”, Carlos Arês, e os votos contra dos Vereadores eleitos pelo PSD, António Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovada a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

“A taxa a praticar no referente ao IMI, a fixar num leque de valores indicados por Lei, é igualmente uma ferramenta estratégica no âmbito do ordenamento do território e política de atracção de população para o Concelho.

Ao manter as taxas do IMI próximas dos valores máximos permitidos, não se está a ter em linha de conta a conjuntura que vivemos, está-se apenas a procurar manter a evolução deste tipo de receita, obtida à custa de grande parte das famílias e empresas. Também aqui um sinal de solidariedade da autarquia para com os seus munícipes seria importante.

Concretizando melhor, propomos:

- Prédios urbanos não avaliados - taxa máxima de 0,6%;
- Prédios urbanos avaliados - taxa máxima de 0,35%;

(Em ambos os casos, os prédios urbanos situados nas freguesias de características mais rurais teriam uma discriminação positiva (0,5% e 0,25% respectivamente)

- Prédios rústicos situados em zona urbana – taxa de 0,8%;*
- Prédios rústicos situados em zona rural – taxa de 0,5%.*

Pelo exposto, os vereadores do PSD votam contra as taxas propostas neste item.”

O Vereador Carlos Arês justificou sua posição de abstenção em conjunto com os pontos 5 e 7, conforme a seguir se refere.

Handwritten signature

Nº7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, de participação variável no IRS a liquidar em 2012: - 35820

"Prevê o artº 20º, nº 1 da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, actual Lei das Finanças Locais, que os municípios, em cada ano, têm direito a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no nº 1 do artº 78º do Código do IRS.

Nos termos do disposto no artº 20º, nº2 da referida Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, a participação no IRS pretendida pelo município depende de deliberação e deverá ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Considerando:

- a) a previsão de persistência de um quadro financeiro nacional que apela ao reforço das políticas de contenção e estabilidade orçamental, as quais afectam o crescimento das receitas municipais, designadamente, por via da cobrança de impostos;
- b) a vigência do QREN - 2007/2013 e a consequente necessidade de os municípios virem a deter capacidade financeira própria para garantirem a contrapartida nacional dos investimentos planeados e que se espera virem a merecer apoios financeiros comunitários;
- c) a necessidade de dar continuidade ao planeamento e à concretização de projectos considerados estruturantes para o concelho, mesmo que, eventualmente, não enquadraíveis no âmbito dos apoios a disponibilizar pelo QREN;
- d) a importância de manter o nível de prestação e a qualidade dos equipamentos e dos serviços prestados;

Sugiro que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que delibere fixar em 4,5% a participação variável no IRS a liquidar em 2013, com referência aos rendimentos dos municípios do ano 2012."

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos "Independentes pelo Concelho de Abrantes", Carlos Arês, e os votos contra dos Vereadores eleitos pelo PSD, António Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovada a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"A participação variável do IRS, a fixar num leque de valores indicados por Lei, configura igualmente uma ferramenta estratégica que dá sinais inequívocos do que se pretende para o futuro de um concelho, como já foi referido.

Handwritten signatures and initials.

E mantendo de uma forma geral todos os pressupostos já indicados quando da discussão da derrama a fixar, bem como do IMI, entendemos que, também neste item, é possível a autarquia aligeirar a carga fiscal dos munícipes, dando um sinal de solidariedade em tempo de crise e promovendo uma vertente de melhor qualidade de vida por via do rendimento disponível das famílias.

A nossa proposta, quanto à participação variável no IRS, é a de estabelecimento da taxa de 4% (devolução aos munícipes de 1%) e, se existirem possibilidades técnicas, maior devolução aos agregados familiares com menores rendimentos.

Quanto aos agregados familiares com rendimentos anuais menores que 25.000,00€, a nossa proposta é a de devolução aos munícipes de 2% do seu IRS.

Pelo exposto, os vereadores do PSD votam contra a taxa de 4,5% proposta neste item."

O Vereador Carlos Arês justificou sua posição de abstenção em conjunto com os pontos 5 e 6, conforme a seguir se refere.



A propósito dos pontos 5, 6 e 7 da ordem de trabalhos, a Presidente da Câmara, referiu que houve um decréscimo significativo nas receitas municipais relativas a estes impostos, bem como nas transferências do Orçamento de Estado, tendo feito referência a alguns dados financeiros. Por esta razão entende que, infelizmente e mesmo na conjuntura que actualmente se vive, não é possível reduzir as percentagens, pelo que propõe as taxas aprovadas nos anos anteriores.

Acrescentou que tem havido um esforço muito grande de contenção da despesa corrente para canalizar a receita para os investimentos que estão em curso, por um lado, mas também porque as transferências do estado na área da educação não são suficientes para cobrir as despesas. Referiu ainda algumas questões sobre a gestão financeira da Câmara Municipal, que se mostra bastante equilibrada.

Disse ainda que o investimento municipal, ao contrário do que é muitas vezes referido, não é centralizado na cidade, nem em equipamentos de lazer. Referiu então vários investimentos feitos nas diversas freguesias fora da cidade, perto de 6 milhões de euros, sendo muitos deles em Centros Escolares.

O investimento na cidade e nas freguesias que constituem o centro urbano, não é no lazer, mas sim para criar condições de atractividade e de desenvolvimento do concelho.

Em matéria de impostos, não se pretende agravar a situação das famílias, mantendo-se os valores dos anos anteriores, ao mesmo tempo que se procura e investe em soluções de melhoria de qualidade de vida da população, nomeadamente ao nível da regeneração urbana e da habitação social.



Também a propósito dos pontos 5, 6 e 7 da ordem de trabalhos, o Vereador Carlos Arês disse que a realidade é ingrata e que há uma tentação lógica, e com muito sentido, de baixar encargos das famílias e de querer ajudar as pessoas.

É legítimo pedir-se que os municípios amortizem a situação que as pessoas estão a viver, mas também importa ter a consciência de que também a Câmara Municipal precisa de manter a

01
Ct

receita para continuar a prestar serviços às pessoas. É muito importante que o município seja capaz de manter a sua presença na vida e no quotidiano das pessoas, mesmo num tempo de vacas magras. O desafio é de manter os serviços, por forma a que as pessoas entendam que o seu município não as abandonou, principalmente no que toca ao nível assistencial, no qual as freguesias também terão um papel imprescindível.

Lembrou que na Assembleia Municipal foi proposta a realização de um estudo sobre a possibilidade de escalonamento dos impostos, nomeadamente da Derrama, que pode esbarrar em dificuldades de obter informação e da própria legalidade, devido ao sigilo fiscal. Na opinião dos ICA é urgente, durante este ano, estudar-se esse escalonamento, com isenção para os rendimentos claramente mais baixos, um escalão intermédio, de 0,5 ou de 1,00%, e manter a taxa de 1,5% para as grandes contribuintes, como são o caso das empresas de produção de energia.

A sua posição relativamente à taxa da derrama é no sentido da abstenção, porque entende os argumentos do executivo em funções e por achar que seria uma demagogia, ou querer ser populista, pedir para que a taxa fosse mais baixa, sabendo que está a haver uma quebra nas receitas e que as coisas têm que ser pagas.

Sobre o IMI, abstém-se igualmente e pelas mesmas razões. Porque são apresentadas taxas diferentes para os prédios avaliados e não avaliados. A administração fiscal já tem muitos prédios avaliados, pelo que apontaria para uma redução nos prédios avaliados. Há muitos deles que foram sobreavaliados e essa redução seria a forma de se corrigirem algumas injustiças. Deu como exemplo de injustiça o que se verifica nos casos de falecimento de um idoso. Nestes casos, o cônjuge sobrevivente tem que assumir encargos, muitas vezes incorporáveis, com o IMI, como consequência da avaliação, sem que tenha tomado qualquer iniciativa de negócio ou de valorização do seu património.

A Presidente da Câmara disse que já houve reunião com a Direcção Regional de Finanças e que está constituído um grupo de trabalho para esta matéria. Já foi dado um parecer sobre uma proposta de medidas em concreto a tomar a curto prazo, razão pela qual, também não se fundamenta a alteração, neste momento, das taxas.

Sobre o IRS, o Vereador Carlos Arês, disse que a sua abstenção assenta nos mesmos fundamentos. Considerou que a Câmara teria uma margem reduzida, mas que teria a possibilidade de reduzir a percentagem de 4,5% para 4,00%, sendo um pequeno contributo para aliviar um pouco a pressão sobre as famílias.

Ainda sobre estas questões solicitou que fosse ponderado e trazida a deliberação uma redução das taxas de IMI para os imóveis dentro das zonas de regeneração urbana, para que as pessoas que mantêm esses imóveis arrendados na ilegalidade, o possam trazer de vontade à legalidade.

A Presidente da Câmara disse que o referido seria tomado em boa conta, nomeadamente porque lhe parece que deverá ser equacionado como incentivo ao arrendamento, mesmo nas políticas da Regeneração Urbana, pelo que encaminhou para os serviços.

O vereador Belém Coelho fez algumas ilações relativamente às questões, referidas nos pontos 5, 6 e 7 da ordem de trabalhos, quer pela Presidente da Câmara, quer pelo Vereador Carlos Arês.

[Handwritten signature]

Sobre as intervenções do Vereador Carlos Arês, disse que a realidade infelizmente é ingrata, mas que não é uma questão de agora, mas sim de alguns anos.

Sobre as intervenções da Presidente da Câmara, nomeadamente sobre as receitas, disse que o referido está correcto, mas que não é só a Câmara de Abrantes a ser penalizada. É verdade e não se exime de o confirmar, onde quer que seja, que a situação financeira da Câmara é das mais saudáveis, mas isso não pode ser razão para que a autarquia não tenha alguma solidariedade para com os municípios.

Sobre o investimento nos Centros Escolares, considera um bom investimento. Sobre as críticas que apontam quanto à concentração do investimento na cidade, disse ser relativamente ao investimento global e que a questão não é de agora, mas que vem dos executivos anteriores.



Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação da Coordenadora do Serviço de Informação e Comunicação, datada de 2 de Agosto de 2011, a sugerir a renovação do contrato com a Jornalista, Fernanda Maria Duarte Mendes, no valor de 1.041,09€/mês, sendo o valor de 12.493,08€ anual, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 34892

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos "Independentes pelo Concelho de Abrantes", Carlos Arês, e os votos contra dos Vereadores eleitos pelo PSD, António Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar a renovação do contrato com a Jornalista, Fernanda Maria Duarte Mendes, nos termos da referida Informação da Coordenadora do Serviço de Informação e Comunicação.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Em primeiro lugar, a grave crise económica obriga à contenção da despesa pública e à necessidade de se optimizarem e rentabilizarem os recursos humanos, devendo, por isso, privilegiar-se o recrutamento através da mobilidade interna até para se evitar a política socialista de sobrecarga máxima de impostos sobre os municípios que asfixia as famílias e impossibilita a recuperação económica.

Além disso, é evidente que a renovação deste contrato visa apenas manter uma pessoa de confiança num lugar absolutamente desnecessário, tanto assim que a Câmara ainda o ano passado anulou o concurso de Comunicação Social com o argumento de que não eram necessários mais técnicos para este serviço.

Ora, tendo o Partido Socialista assinado o "memorando", comprometendo-se a cumpri-lo, não é sério uma câmara socialista vir propor a renovação de um contrato de avença que viola descaradamente o compromisso assumido com a assinatura do memorando.

Em segundo lugar, os contratos de avença pressupõem a prestação de um serviço determinado e com tempo de duração previsível, não podendo a Câmara, através do expediente da renovação sucessiva de contratos, tornar com carácter permanente o que deve ser temporário.

Ora, não há qualquer dúvida de que a câmara tem mantido ao seu serviço há vários anos a referida jornalista, recorrendo sistematicamente a este tipo de expedientes que só formalmente têm cobertura legal, uma vez que o serviço a prestar devia ser de carácter temporário e não permanente, como é manifestamente o caso, o que significa que o executivo socialista está a violar de forma reiterada a lei.

Com efeito, a Câmara não pode fingir que cumpre a lei, usando a lei para dar cobertura a situações que a própria lei não permite.

Em terceiro lugar, mesmo que a contratação de uma jornalista se justificasse, nada nos garante, sem pôr em causa o mérito e empenho profissional da referida jornalista, que não existam outros profissionais mais competentes, sendo precisamente para acautelar essa eventualidade que existem os concursos públicos.

Isto só vem, aliás, comprovar o que temos vindo a denunciar: o recrutamento de pessoal na câmara tem sido feito e direccionado para pessoas determinadas e feito à medida de muitas conveniências.

Finalmente, esta é também a melhor prova da necessidade de se proceder à reestruturação do Mapa de Pessoal e do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências, tendo em conta que se trata de documentos estratégicos para uma gestão de excelência no que concerne a uma melhor e mais rentável organização dos serviços municipais, logo à rentabilização dos recursos, nomeadamente, humanos.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD votam contra a presente deliberação."

O Vereador Carlos Arês absteve-se por, apesar da pessoa em causa estar contratada como jornalista, desempenha funções de informação e divulgação da actividade municipal, por isso a sua nomeação ser de carácter mais político, no sentido de uma escolha de confiança pessoal. À semelhança de um assessor ou secretário.

A situação criada leva a que a pessoa em causa não tenha qualquer vínculo à Câmara Municipal e que esteja numa situação completamente desprotegida.

Se a Câmara Municipal entende que é de manter a prestação de serviços é uma decisão que ao executivo em funções diz respeito, razão pela qual não quer inviabilizar a situação.

A Presidente da Câmara disse que existe uma margem do orçamento que pode ser alocada a situações como esta, fora do quadro de pessoal. Acrescentou ainda que as inspecções que estiveram na autarquia e que analisaram este processo, não levantaram qualquer questão legal.

Estamos a falar de uma pessoa com muita experiência e com uma disponibilidade acima do que a Câmara Municipal poderia exigir a uma pessoa com um contrato de trabalho.

Os Vereadores do PSD têm uma qualquer pedra no sapato no que toca aos processos de recursos humanos, e acham que fazem tudo com favores, por isso, salientou que as verdadeiras nomeações políticas estão nos gabinetes de apoio pessoal aos eleitos.

Como é do conhecimento dos Vereadores, já não é possível a existência de contratos de trabalho a termo certo. Como tal, e à medida que os contratos vão terminando, têm vindo a ser abertos lugares para o preenchimento dos postos de trabalho deixados. O que a Câmara Municipal tem feito é criar condições, com justiça, a pessoas que estiveram ao serviço durante anos poderem concorrer e vir a ocupar esses lugares. Até porque, reconheceu, o contrário é

[Handwritten signature]

prejudicial, porque houve um investimento de anos da Câmara Municipal na formação dessas pessoas.

Sobre as necessidades em concreto do Gabinete de Comunicação explicou o ponto de situação, referindo que existe um esforço adicional a recair sobre esta prestadora de serviços, que assume também trabalho que deveria ser realizado por outras pessoas, que estavam ao serviço na altura em que o concurso foi anulado e que, neste momento, não estão a desempenhar as suas funções.



Divisão de Recursos Humanos

Nº 9 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta uma Informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 02 de Agosto de 2011, na sequência do pedido de esclarecimentos apresentados pelos vereadores do PSD, na reunião de 25 de Julho de 2011, relativamente ao procedimento concursal publicado no Diário da República, 2ª série, nº 27 de 8 de Fevereiro de 2011, tendente ao recrutamento de um técnico superior da área de Engenharia Topográfica. - 33420

Tomado conhecimento.



Nº 10 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta uma Informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 02 de Agosto de 2011, na sequência do pedido de esclarecimentos apresentados pelos vereadores do PSD, na reunião de 25 de Julho de 2011, relativamente aos procedimentos concursais publicados no Diário da República, 2ª série, nº 129 de 7 de Julho de 2011, tendentes ao recrutamento de quatro técnicos superiores que se encontra em curso. - 33373

Tomado conhecimento.

A Presidente da Câmara disse ainda que os Vereadores do PSD estão constantemente a acusar de fraudulenta a gestão da Câmara, no entanto quando o fazem não é a Presidente da Câmara que põem em causa, mas sim os serviços e os elementos dos júris dos concursos, gerando um mau estar nas pessoas que têm uma responsabilidade directa nestes processos. Reforçou que não exerce sobre eles qualquer pressão ou dá instruções nestes processos e que, com certeza, estes colaboradores não gostariam de ver em causa o desempenho das suas funções para fazer o que a Presidente da Câmara lhes pudesse sugerir.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 12 de Agosto de 2011, a solicitar autorização para abertura dos seguintes procedimentos concursais, para ocupação de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, para contrato por tempo indeterminado: - 31031

Al
C. J.

- 4 Assistente Operacional, (auxiliar de acção educativa), para a Divisão de Educação e Acção Social;
- 3 Assistente Operacional, para a Divisão de Desporto e Juventude;
- 1 Assistente Técnico, (assistente de acção educativa), para a Divisão de Educação e Acção Social;

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos Vereadores eleitos pelo PSD, António Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar a abertura dos referidos procedimentos concursais, de acordo com a citada Informação da Divisão de Recursos Humanos.

À Divisão de Recursos Humanos para os devidos efeitos.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Para além de continuarmos a defender que não devem ser lançados novos concursos, sem uma reformulação profunda, coerente e séria do mapa de pessoal, os vereadores do PSD consideram ainda que a grave crise económica devia levar a Câmara a um esforço de contenção da despesa pública, designadamente, otimizando e rentabilizando os recursos humanos, em vez de optar por sobrecarregar sistematicamente os municípios com cada vez mais impostos.

Acresce que o Partido Socialista assinou o "memorando", comprometendo-se a cumpri-lo.

Ora, neste contexto, a reestruturação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM), bem como do Mapa da pessoal, é um fundamental, tendo em conta que se trata de documentos estratégicos para uma gestão de excelência no que concerne a uma melhor e mais rentável organização dos serviços municipais, logo à rentabilização dos recursos, nomeadamente, humanos.

E vivendo Portugal num período de grave crise, é imperativo diminuir a despesa pública, rentabilizando os recursos humanos (que, neste município, não o são em consequência do ROSM e do Mapa de Pessoal, ambos muito fracos, incoerentes e absurdos) e privilegiando-se o recrutamento através da mobilidade interna."

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Educação e Acção Social

Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Vereadora Celeste Simão, datada de 08 de Agosto de 2011, que no âmbito do reordenamento da rede escolar do concelho de Abrantes e após ouvido o Conselho Municipal de Educação de Abrantes e os Agrupamentos de Escolas do Concelho, sugere as seguintes alterações de tipologia: - 35262

Acta da reunião de -22- de Agosto de 2011

[Handwritten signature]

- Alteração de denominação da E.B.1 de Carvalho, para **Escola Básica de Carvalho**, integrando também o Jardim de Infância de Carvalho;
- Alteração de denominação da E.B.1 n.º 5 de Abrantes, para **Escola Básica de Rossio ao Sul do Tejo**, integrando também o Jardim de Infância de Rossio ao Sul do Tejo;
- Alteração de denominação da E.B.1 n.º 1 de Alvega, para **Escola Básica de Alvega**, integrando também o Jardim de Infância de Alvega;
- Alteração de denominação da E.B.1 n.º 2 do Pego, para **Escola Básica de Pego**, integrando também o Jardim de Infância de Pego;
- Alteração de denominação da E.B.1 n.º 4 de Abrantes, para **Escola Básica de Chainça**, integrando também o Jardim de Infância de Chainça.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar nos termos da Informação da Vereadora Celeste Simão.

À Divisão de Educação e Acção Social para os devidos efeitos.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Vereadora Celeste Simão, datada de 08 de Agosto de 2011, no âmbito do Reordenamento e do Reajustamento da Rede da Educação Pré-escolar e tendo em conta o trabalho já efectuado no terreno, bem como a garantia das melhores condições aos alunos do pré-escolar, sugere o encerramento dos seguintes Jardins de Infância, que têm um número reduzido de alunos: - 35263

- J.I. de Fontes – 2 alunos – Acolhimento: J.I. de Carvalho
- J.I. de Arrifana – 6 alunos – Acolhimento: J.I. de Rossio ao Sul do Tejo
- J.I. de Amoreira – 2 alunos – Acolhimento: J.I. de Rio de Moinhos
- J.I. de Abrançalha de Baixo – 7 alunos – Acolhimento: J.I. de Chainça

Deliberação: Por unanimidade, aprovar nos termos da Informação da Vereadora Celeste Simão.

À Divisão de Educação e Acção Social para os devidos efeitos.



Nº 14 - Para conhecimento a Presidente da Câmara, remete a uma Informação da Vereadora Celeste Simão, datada de 08 de Agosto de 2011, no âmbito do movimento anual da Rede Escolar para 2011/2012, no que se refere ao 1º ciclo do Ensino Básico, e para cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de Junho, assim como

Acta da reunião de -22- de Agosto de 2011

et
Celeste

tendo em conta o disposto na Carta Educativa do Concelho de Abrantes, sugere o encerramento das seguintes escolas de 1º Ciclo: - 35264

- E.B.1 de Amoreira – 7 alunos
- E.B.1 de Arreciadas – 17 alunos

Considerando também o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de Junho, solicita autorização excepcional de funcionamento, ao abrigo a abrigo do seu ponto n.º 6, para as seguintes escolas do concelho, actualmente com menos de 21 alunos:

- E.B.1 de Brunheirinho
- E.B.1 de Martinchel
- E.B.1 de Vale das Mós
- E.B.1 Dr. Raul Figueiredo

Estas escolas serão de imediato encerradas, após a conclusão dos novos Centros Escolares, pois nenhuma das escolas mais próximas e actualmente em funcionamento reúne as condições mínimas para o acolhimento destes alunos, quer no que diz respeito a integração em turmas, Refeitório ou Actividades de Enriquecimento Curricular.

Mais informa que o Conselho Municipal de Educação de Abrantes, reunido no passado dia 29 de Julho de 2011, foi ouvido e deu o seu parecer favorável a esta proposta.

Tomado conhecimento.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 12 de Agosto de 2011, referindo que de acordo com as normas do Finsocial – Programa de Incentivo a Projectos de Intervenção Social, as diversas entidades devem formalizar as suas candidaturas até 30 de Setembro, do ano anterior ao ano a que diz respeito o projecto objecto de candidatura. - 35723

Considerando que está a decorrer o primeiro ano de candidaturas ao Finsocial, informa que do acompanhamento aos projectos apoiados, torna-se necessário e conveniente proceder a alterações nas normas actualmente em vigor.

Neste sentido, sugere o adiamento do período para apresentação de candidaturas ao Finsocial, de Setembro para de 1 a 15 Novembro, com as novas alterações ao regulamento do programa.

O Vereador Carlos Arês disse que foi alertado de que os prazos propostos na alteração poriam em causa a elaboração/aprovação dos orçamentos das IPSS, pelo que sugeriu que o prazo proposto fosse revisto.

A Presidente da Câmara disse que a chamada de atenção é pertinente, mas que, uma vez que a Vereadora Celeste Simão não está presente e que importa assumir já uma alteração ao

Handwritten signature and initials.

prazo, propôs que se aprovasse a alteração e que a questão fosse analisada posteriormente, voltando a ser discutida, se for necessário.

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos Vereadores eleitos pelo PSD, António Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar o adiamento para apresentação de candidaturas ao Finsocial – Programa de Incentivo a Projectos de Intervenção Social, nos termos da referida Informação da Divisão de Educação e Acção Social.

À Divisão de Educação e Acção Social para proceder em conformidade.

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"De acordo com as normas do Finsocial – Programa de Incentivo a Projectos de Intervenção Social, as diversas entidades devem formalizar as suas candidaturas até 30 de Setembro, do ano anterior ao ano a que diz respeito o projecto objecto de candidatura.

Recorde-se que o regulamento do Finsocial foi aprovado recentemente, tendo demorado um ano a ser elaborado e aprovado, apesar da urgência do mesmo e das sucessivas insistências dos vereadores eleitos pelo PSD.

Como tanta demora na sua elaboração, pensava-se que o regulamento estaria suficientemente estudado e teria sido suficientemente ponderado.

Afinal, ainda o mesmo não tem um ano e já a senhora presidente vem propor a alteração das normas entretanto em vigor, na mesma linha do que tem sucedido com praticamente todos os regulamentos da área social, o que só pode significar o pouco conhecimento, preparação e sensibilidade para esta matéria e esta área.

Acontece que os regulamentos devem ser feitos para ser cumpridos.

Pelo exposto, votam os vereadores eleitos pelo PSD contra a presente proposta de deliberação.

Finalmente, gostariam ainda os vereadores eleitos pelo PSD de saber quantas e quais as entidades que já foram apoiadas, no âmbito deste regulamento, e para que tipo de projectos e que verbas já se gastaram."

A Presidente da Câmara questionou o Vereador Santana Maia se era contra a Vereadora Celeste Simão ou algum Técnico da Divisão de Educação e Acção Social. Disse que o que se discute é o Finsocial e não o Regulamento dos Extractos Sociais Desfavorecidos de que os Vereadores do PSD tanto falam.

É um financiamento específico destinado a apoiar as instituições que trabalham na área social, e que fazem um excelente trabalho, muito dele por voluntários, mas que precisam do apoio da Câmara Municipal.

el
35

Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do ofício nº 6939/2011 da DRELVT – Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 17 de Junho de 2011, acerca da transferência do edifício da Escola Básica Dr. Fernando Loureiro para a Câmara Municipal. - 29051

Deliberação: Por unanimidade, aceitar a transferência do imóvel em causa e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, tendo em conta o valor patrimonial do edifício.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 17 - Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão, apresenta o relatório do ano 2010/2011 do PIEC – Programa para a Inclusão e Cidadania, relativamente ao funcionamento do PIEF de Abrantes.

Refere igualmente que este relatório vem reforçar a necessidade desta medida em Abrantes. - 34285

Tomado conhecimento.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação da Divisão de Desporto e Juventude, sugerindo a atribuição de um apoio financeiro ao Clube Atlético de Madrid S.A.D, no valor de 700,00€ (setecentos euros), para fazer face aos gastos com a deslocação da equipa de sub-15, que irá participar na X Edição do Torneio Internacional de Iniciados – Abrantes 2011. - 36056

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 700,00€ (setecentos euros), ao Clube Atlético de Madrid S.A.D, de acordo com a referida Informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projectos e Empreitadas

Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à Informação Nº 214 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 05 de Agosto de 2011, a dar conta que J. Gomes – Sociedade de Construções do Cávado, S.A., adjudicatária da empreitada de "Construção do Centro de Acolhimento do Tejo – Aquapolis Margem Sul - Abrantes", entregou

Acta da reunião de -22- de Agosto de 2011

Al
C

a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 214 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 20 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, dá conta do seu despacho de 5 de Agosto de 2011, que aprovou o processo de licenciamento das obras de alteração e ampliação de construção existente para instalação de estabelecimento hoteleiro: Hotel e SPA de 5 Estrelas, demolição de construções existentes e construção de piscinas e arranjos exteriores, em Quinta da Viscondessa, Abrançalha de Baixo, freguesia de São Vicente, Abrantes, requerido por Abran festa, Turismo, Habitação e Comércio, Lda. e nos termos da Informação Nº 101/2011.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística. – 649/2008

Tomado conhecimento.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da Informação Nº 28/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil, datada de 08 de Agosto de 2011, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, de um terreno numa área de 14,7 Ha, num prédio inscrito na matriz sob o artigo 44,14,220 da freguesia de S. Facundo, requerido por Portucel Soporcel Florestal, S.A.. - 33445

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a acção de modelação do solo, conforme solicitado por Portucel Soporcel Florestal, S.A., nos termos da referida Informação Nº 28/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil.

Acta da reunião de -22- de Agosto de 2011

RL
Acta

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da Informação Nº 29/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil, datada de 08 de Agosto de 2011, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Tronco", freguesia de Alvega, concelho de Abrantes, com a área de 5,2 Ha, requerido por Altri Florestal, S.A.. - 34589

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a acção de modelação do solo, conforme solicitado por Altri Florestal, S.A., nos termos da referida Informação Nº 29/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa à Informação Nº 120/2011.CL da Divisão de Serviços Urbanos e Urbanismo, datada de 25 de Julho de 2011, acerca do pedido de Ismael Roldão, Sociedade Unipessoal, Lda., referente à viabilidade de realização de obras de construção de edifício, destinado à instalação de Centro de Inspeção Automóvel, a levar a efeito em Outeiro Gaio, Mouriscas, Abrantes. - 30530

Deliberação: Por unanimidade, proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Informar a requerente, que a Câmara Municipal emite parecer desfavorável à pretensão, face aos fundamentos constantes da referida Informação Técnica da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, que se dão por transcritos.

Para o efeito é-lhe concedido o prazo de 10 dias para se pronunciar em audiência escrita, podendo consultar o processo nos serviços da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Abrantes, na Praça Raimundo Soares, nos dias úteis entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

LI
C

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa à Informação Nº 39/11 RM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 02 de Agosto de 2011, na sequência do de um pedido apresentado por Centro de Inspeção Periódica de Veículos Automóveis Castanheirense, Lda., no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão de localização para instalação de unidade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques, no âmbito da Lei nº 11/2011, de 26 de Abril, num prédio sito na Avenida João António Augusto da Silva Martins e Rua dos Canaviais, em Arrifana, freguesia de São Miguel do Rio Torto, Abrantes. - 34392

Deliberação: Por unanimidade, proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Informar a requerente que não é possível certificar favoravelmente a pretensão, atendendo aos fundamentos constantes da referida Informação Nº 39/11 RM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, que se dá por transcrita.

Para o efeito é-lhe concedido o prazo de 10 dias para se pronunciar em audiência escrita, podendo consultar o processo nos serviços da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Abrantes, na Praça Raimundo Soares, nos dias úteis entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de um pedido apresentado Ismael Roldão, Sociedade Unipessoal, Lda, com sede na Quinta do Pisco em Sardoal, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão sobre o instrumento de planeamento territorial em vigor, bem como os indicadores urbanísticos máximos previstos nesse plano para as operações de edificação, para o prédio urbano nº 2646, sito na rua do Museu da Forja, na povoação e freguesia de Tramagal, com a área total de 5.000 m2, ao abrigo da alínea a) do nº1 do artº. 110º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na actual redacção. O pedido de certidão tem por finalidade a instalação de um centro de inspeção de veículos motorizados (Lei nº 11/2011, de 26 de Abril). 35679

Deliberação: Por unanimidade, certificar que a instalação de um centro de inspeção de veículos motorizados na rua do Museu da Forja, na povoação e freguesia de Tramagal, é

RL
Cete

viável, devendo dar cumprimento aos condicionalismos identificados no ponto 3 da informação nº 90/11 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão urbanística, designadamente:

- De acordo com o disposto no artº. 7º, nos. 2 e 3 e artº. 23º, nº. 2, do regulamento do Plano de Urbanização do Tramagal, considera-se que o uso pretendido é compatível com a classe de espaço de preenchimento e expansão em média densidade, onde se insere a quase totalidade da parcela de terreno, sem prejuízo do cumprimento da lei em matéria de ruído (Decreto-lei nº 310/2002, de 18 de Dezembro, na actual redacção e Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de Maio, na actual redacção).
- Nos termos do artº. 24º, nº2, alínea d), do regulamento do PUT, o índice de implantação líquido máximo é de 0,6. Deverá respeitar os condicionalismos previstos no artº. 24º, nº2, alíneas a) e b), em matéria de cêrcea e alinhamento da edificação, bem como as disposições genéricas do capítulo II do regulamento do PUT – artigos 7º a 18º.
- A faixa junto à linha de água inserida em espaço verde urbano equipado deve manter o seu estado natural, podendo ser utilizado como horta, jardim, espaço verde ou outras utilizações compatíveis (artº. 31º do regulamento do PUT).
- Deve ser respeitada a servidão administrativa constituída pela margem da linha de água – 10 m para cada lado do seu leito, nos termos dos artºs. 11º e 21º da Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro.
- O pedido enquadra-se no nº 5 do artº. 4º da Lei nº 11/2011, de 26 de Abril, devendo ser verificado a condicionante referida na alínea c) do artº. 2º, ou seja, não poderão ser autorizados novos centros de inspecção em localizações cuja distância a centros de inspecção já existentes ou aprovados nos termos do artº. 14º e situados dentro dos limites do concelho seja inferior a 10 Km medidos em linha recta por pontos de coordenadas GPS entre centros de inspecção. Nos termos da alínea a) do artº. 2º e atendendo ao nº de eleitores inscritos no concelho de Abrantes nas últimas eleições legislativas – 36.226 – poderá ser autorizado a abertura de um centro de inspecção técnica de veículos dentro da área do Município.



Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de um pedido apresentado por Inspecção de Automóveis, Lda, com sede na Rua da Telheira, 117/127 em Matosinhos, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão comprovativa de que o prédio rústico nº 21 da secção Z da freguesia de Alferrarede, sito na Calçada de S. José, com a área de 6.520 m², reúne as condições necessárias para a instalação de um centro de inspecção de veículos automóveis a motor e seus reboques, nos termos previstos no nº 5 do artº. 4º da Lei nº 11/2011, de 26 de Abril. - 36130

Deliberação: Por unanimidade, certificar que a Câmara Municipal, atendendo a que a parcela de terreno não é servida por todas as infra-estruturas necessárias, nomeadamente arruamento pavimentado, saneamento e electricidade, carecendo esta última de confirmação pela EDP, emite parecer favorável à instalação de um centro de inspecção de veículos automóveis a motor e seus reboques, no local pretendido, desde que a firma requerente se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos com o funcionamento destas infra-estruturas por um período de 10 anos,

Acta da reunião de -22- de Agosto de 2011

Al
C

nos termos previstos no artº. 25º do RJUE, aprovado pelo DL 555/99, de 16 de Dezembro, na actual redacção.



Nº 27 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de um pedido apresentado por AAT – Inspeção Automóvel, Lda., com sede na Rua do Gavim, 166, em Oliveira de São Mateus, Vila Nova de Famalicão, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão, face aos instrumentos de planeamento territorial em vigor, para o prédio sito no Lote CS 113 do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do art.º 110º do Decreto-lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na actual redacção, tendo por finalidade a construção e instalação de Centro de Inspeção de veículos motorizados, ao abrigo da Lei nº 11/2011, 26 de Abril. - 36059

Deliberação: Por unanimidade, certificar que o prédio em questão se situa no Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, para a qual se encontra a decorrer processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, que esteve em fase de discussão pública a qual teve o seu terminus no dia 20 de Julho do corrente ano, estando no momento a ser elaborado relatório final que se submeterá à Câmara e Assembleia Municipal para aprovação e posterior publicitação no Diário da República.

Mais certificar que, após conclusão que, prevista para Setembro do corrente ano, do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, o local objecto da pretensão, Lote CS 113 da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, com a área de 7108 m2, e índice de implantação de 0.6, ou seja área de implantação de 4264,8m2, reúne as condições para instalação de um centro de inspecção.



Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de um pedido apresentado por Easycheck, Lda. com sede na Av. Dos Descobrimentos, 63 – 1º, em Vila Nova de Famalicão, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão, face aos instrumentos de planeamento territorial em vigor, para o prédio sito no Lote CS 113 do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do art.º 110º do Decreto-lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na actual redacção, tendo por finalidade a construção e instalação de Centro de Inspeção de veículos motorizados, ao abrigo da Lei nº 11/2011, 26 de Abril. - 36060

Deliberação: Por unanimidade, certificar que o prédio em questão se situa no Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, para a qual se encontra a decorrer processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, que esteve em fase de discussão pública a qual teve o seu terminus no dia 20 de Julho do corrente ano, estando no momento a ser elaborado relatório final que se submeterá à Câmara e Assembleia Municipal para aprovação e posterior publicitação no Diário da República.

01
Câmara

Mais certificar que, que após conclusão que, prevista para Setembro do corrente ano, do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, o local objecto da pretensão, Lote CS 113 da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, com a área de 7108 m2, e índice de implantação de 0.6, ou seja área de implantação de 4264,8m2, reúne as condições para instalação de um centro de inspecção.



Nº 29 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de um pedido apresentado por Bon ton, SA., com sede no Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, Via Industrial 4, em Abrantes, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão, face aos instrumentos de planeamento territorial em vigor, para o prédio sito no Lote CS 113 do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do art.º 110º do Decreto-lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na actual redacção, tendo por finalidade a construção e instalação de Centro de Inspeção de veículos motorizados, ao abrigo da Lei nº 11/2011, 26 de Abril. - 36311

Deliberação: Por unanimidade, certificar que o prédio em questão se situa no Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, para a qual se encontra a decorrer processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, que esteve em fase de discussão pública a qual teve o seu terminus no dia 20 de Julho do corrente ano, estando no momento a ser elaborado relatório final que se submeterá à Câmara e Assembleia Municipal para aprovação e posterior publicitação no Diário da República.

Mais certificar que, que após conclusão que, prevista para Setembro do corrente ano, do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, o local objecto da pretensão, Lote CS 113 da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, com a área de 7108 m2, e índice de implantação de 0.6, ou seja área de implantação de 4264,8m2, reúne as condições para instalação de um centro de inspecção.

Certificar ainda que se encontra a decorrer no município de Abrantes pedido de informação prévia, para a construção de um centro de inspecções de ultima geração, processo nº PG 13868/2011, datado de 10 de Agosto de 2011.



Nº 30 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da informação Nº EC/35/11, de 18 de Agosto de 2011 da Chefe da Divisão de Ordenamento e Projectos relativamente às informação prestadas anteriormente nos processos de emissão de certidão para instalação de Centro de Inspeção de veículos motorizados, ao abrigo da Lei nº 11/2011, 26 de Abril, no que concerne aos lotes do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, sugerindo que se alterem oficiosamente as certidões anteriormente emitidas, acrescentando nas mesmas a informação de que: - 36314

- A fase de discussão pública do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes teve o seu terminus no dia 20 de Julho do corrente ano, estando

Acta da reunião de -22- de Agosto de 2011

21
Cete

no momento a ser elaborado relatório final que se submeterá à Câmara e Assembleia Municipal para aprovação e posterior publicitação no Diário da República;

- Que após conclusão, dos procedimentos atrás descritos, prevista para Setembro do corrente ano do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, o local objecto da pretensão, Lotes CS 113 e CS 118 da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, reúnem as condições para instalação de um centro de inspecção;
- Que para o lote CS 113 com a área de 7108 m², índice de implantação é de 0,6, área de implantação máxima é de 4265 m²;
- Que para o lote CS 118, com a área de 5958 m², índice de implantação de 0,6, e área de implantação máxima é de 3575 m².

Deliberação: Por unanimidade, emitir oficiosamente certidões, de acordo com a informação adicional agora prestada, em aditamento às certidões já emitidas por deliberação da Câmara Municipal, relativamente aos pedidos apresentados para os lotes CS 113 e CS 118 Parque industrial de Abrantes – Zona Norte, designadamente:

- Ponto 32 da acta da reunião de 11 de Julho de 2011 – requerente JR Proinspecções, S.A. – Lote CS 118 do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte – PG 37054
- Ponto 20 da acta da reunião de 25 de Julho de 2011 – requerente Ismael Roldão, Sociedade Unipessoal, Lda. – Lote CS 113 do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte – PG 32033
- Ponto 21 da acta da reunião de 25 de Julho de 2011 – requerente – Mário Gil Videira Vicente – Lote CS 113 do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte – PG 32102
- Ponto 22 da acta da reunião de 25 de Julho de 2011 – requerente – Cetial – Centro Técnico Automóvel do Liz, Lda. – Lote CS 113 do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte – PG 32142
- Ponto 25 da acta da reunião de 25 de Julho de 2011 – requerente – José Gomes da Costa – Lote CS 113 do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte – PG 32457
- Ponto 25 da acta da reunião de 8 de Agosto de 2011 – requerente – Centro de Inspeções Periódicas Gomes e Soledade, Lda – Lote CS 113 do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte – PG 32457



Nº 31 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Henrique Pereira

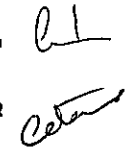
A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Catarina Alexandra Justino Sauls

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/08/22

PROCESSO				REQUERIMENTO				REQUERENTE, RESIDENCIA				DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA				DESPACHO, DELIBERAÇÃO			
Tp	Número	Data	Tipo	Número	Data											Número	Tp	Data	
04.06	04000938	2008/05/26	RJE	01100639	2011/06/29	0501387649	ISATEL-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO, LDA	AV. D. JOAO I, 414	CM00000507	construção moradia Urb. Arca D'Arca, Lote 29	2011.08.09:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização	11000575	DES	2011/08/09					
05.01	05001058	2005/11/23	LICOR	00003502	2005/11/23	0152247793	RAMIRO ANTUNES PAULINO	RESTAURANTE O RAMIRO	CM00000403	ampliação edifício comercial/ prestação de serviço	28.07.2011: Aproveito o projecto e deferido o pedido nos termos propostos pela chefe da DCGU.	11000578	DES	2011/08/10					
06.01	06000115	2006/02/14	RJE	06000115	2006/03/31	0129549347	AMERICO DA SILVA	RUA DO COMÉRCIO, 24	CM00000242	ampliação moradia	2011.07.28: Emite-se autorização de utilização.	11000567	DES	2011/08/04					
04.01	04000602	2008/11/06	RJE	08003702	2008/12/23	0224289683	NUNO RICARDO POMBO MOREIRA	RUA JOSE S MOTA N.º 73 1.ª	CM00011872	construção moradia	2011.07.28: Emite-se autorização de utilização.	11000598	DES	2011/08/17					
04.06	04000089	2009/03/09	RJE	10000062	2010/01/12	0113305702	CACILDA MANUELA MAGALHÃES MARGALHO DE FIGUEIREDO	AV. D. PARQUE LOTE 120 4.º DTO.	CM00005940	construção muros	2011.07.28: Deferido.	11000574	DES	2011/08/09					
06.01	06000341	2009/07/29	LICOR	09001373	2009/07/29	012125170	ARLINDO PIMENTA MENDES E OUTROS	RUA FORTE DO SOL, N.º 36	CM00014030	legalização moradia	03.08.2011: Nada a opor aguarda o máximo de 30 (trinta) dias.	11000585	DES	2011/08/12					
04.03	04000559	2009/11/12	LICOR	09002144	2009/11/12	0502629096	CONSTRUCOES ARLINDO & FILHOS, LDA.	RUA 4 DE OUTUBRO	CM00000679	construção moradia	2011.08.05: defiro nos termos da informação.	11000576	DES	2011/08/09					

*** Processado por computador ***
 *** sistemas interfere ***



Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/08/22

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
08.09	09000616	2009/12/30	RUE	10000080	2010/01/15	0500239878 SANTA CASA MISERICORDIA ABRANTES RUA DR. JOSE JOAQUIM DE OLIVEIRA CM00001163 ABRANTES	reconstrução moradia RUA CARREIRA DOS CAVALOS ABRANTES	11000579	DES	2011/08/10
							2011.08.09:No uso das competências que me foram sub delegadas, difiro o pedido de autorização de utilização.	T E O R		
04.02	10000529	2010/12/21	RUE	11000334	2011/03/28	0123345537 IDALINA HENRIQUETA ROSA RUA IRENE ISIDRO, N.º 14 CM00012812	legalização moradia Rua da Albufeira Cabeça Gorda	11000582	DES	2011/08/10
							2011/08/11: Deferido nos termos da informação.	T E O R		
06.03	10000530	2010/12/22	RUE	11000140	2011/02/02	0100113310 MANUEL DA CONCEICAO DOS SANTOS RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS,LOTE D-1.º CM00004850 CHAINÇA	legalização Arrecadação Rua Nossa Senhora das Graças, lote D Abrantes	11000581	DES	2011/08/10
							2011/08/05: Deferido nos termos da informação.	T E O R		
06.01	10000536	2010/12/28	RUE	11000196	2011/02/21	0150347316 ANTONIO DE JESUS LOBO RUA DO COMERCIO, N.º 14 CM00003897 SAO JOSE DAS NATAS	alteração prestação de serviços Rua de Angola, n.º 6 r/ch Bsq.	11000599	DES	2011/08/17
							2011/07/28: Deferido o pedido da licença.	T E O R		

*** Processado por computador ***
 *** Sistemas InfoKrye ***